

Por Martha E. Corazza

Com uma rentabilidade acumulada de 3,56% no encerramento do primeiro trimestre deste ano, acima portanto da variação da TJP (Taxa de Juros Padrão), que ficou em 2,62% no período, a carteira consolidada de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reflete em 2017 a estratégia bem sucedida das políticas de investimentos para explorar os movimentos dos mercados. Os dados integram o Consolidado Estatístico do mês de março, elaborado pelo Núcleo Técnico da Abrapp e agora divulgado.

Ainda que o mês de março não tenha sido tão favorável, já que a rentabilidade da carteira no mês ficou em 0,52%, contra uma TJP de 0,86%, foi possível manter o resultado acumulado positivo.

Ao final do trimestre, os ativos totais das entidades somaram R\$ 811 bilhões, passando a representar o equivalente a 12,9% do PIB nacional, relação que registrou aumento de 0,3 ponto percentual diante do encerramento do ano anterior. “Esses resultados mostram que o sistema de previdência complementar fechada reage depois de ter vivido alguns anos desafiadores, havendo um grande número de planos de benefícios superavitários”, observa o presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins.

Até março, já eram 485 planos que registravam superávits em seus resultados, número expressivamente superior aos 438 planos superavitários no final de 2016. Ao mesmo tempo, o número de planos em situação deficitária recuou de 205 para 194.

No mesmo período, o superávit total do sistema subiu de R\$ 18,2 bilhões para R\$ 20,8 bilhões, enquanto o déficit recuou de R\$ 71,7 bilhões para R\$ 68,5 bilhões. Desse déficit, 88% estão concentrados em apenas dez planos de benefícios. Ao todo, havia em março 143 EFPCs superavitárias (contra 138 no final do ano passado) e 81 que ainda apresentavam déficits (eram 80 em 2016).

Retorno e risco - “Assistimos a uma recuperação das entidades, fruto de sua reação à melhora do cenário de investimentos que vinha ocorrendo desde 2016”, afirma Luís Ricardo. Ele ressalta que foi feito, inclusive, um claro movimento no sentido de buscar mais risco e alocar mais em segmentos fora da renda fixa tradicional para obter melhor rentabilidade, diante da perspectiva de redução continuada das taxas de juros.

A partir da crise que afeta os mercados financeiros desde o dia 17 de maio, entretanto, por conta de questões ligadas ao ambiente político do País, as estratégias de investimento das EFPCs deverão manter cautela e atenção integral aos cenários antes de tomar qualquer decisão que envolva maior tomada de risco, observa Martins.

Solvência e pagamento de benefícios - Entre os fatores positivos que contribuíram para o aumento dos resultados positivos até março está ainda a mudança nas regras de solvência do sistema, ressalta o presidente. Isso conferiu às entidades condições de esperar pelo retorno mais adequado dos investimentos, seguindo critérios mais justos de equacionamento de déficits, agora alinhados à duração de seus passivos.

Outro dado essencial a ser levado em conta é o nível de solvência das EFPCs brasileiras, que estava em 90% no final do ano passado. “Esse é um percentual alinhado aos melhores padrões internacionais e superior ao de países como EUA, Canadá, Alemanha, Suíça e outros, mostrando uma relação saudável entre ativos de investimentos e obrigações dos planos de benefícios”, diz Martins. O sistema tem obtido historicamente retornos acima da variação do CDI numa perspectiva de longo prazo, ou seja, ele cumpre sua finalidade e consegue pagar benefícios que atualmente superam os R\$ 42 bilhões.

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 25.05.2017.